



FACULDADES UNIFICADAS DE FOZ DO IGUAÇU - UNIFOZ
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
JULIANO BICICGO

DIAGNÓSTICO DA EFETIVIDADE NO CONTROLE SOCIAL
DOS GASTOS PÚBLICOS: a fiscalização das licitações
públicas municipais nos três últimos anos (2014-2016) pelo
Observatório Social de Foz do Iguaçu

FOZ DO IGUAÇU - PR
Junho, 2017

Juliano Biciogo

**DIAGNÓSTICO DA EFETIVIDADE NO CONTROLE SOCIAL
DOS GASTOS PÚBLICOS:** a fiscalização das licitações
públicas municipais nos três últimos anos (2014-2016) pelo
Observatório Social de Foz do Iguaçu

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito da disciplina
de Pesquisa em Administração II do curso
de Administração das Faculdades
Unificadas de Foz do Iguaçu - Unifoz.

Prof. Msc. Jose Joaquin Aparicio Cáceres

FOZ DO IGUAÇU - PR

Junho, 2017

Dedico o presente trabalho à minha esposa Vanessa Lordani Bicicgo que deu o suporte necessário para sua execução. Sem seu amor ele não seria possível.

“O que me preocupa não é nem o grito dos corruptos, dos violentos, dos desonestos, dos sem caráter, dos sem ética... O que me preocupa é o silêncio dos bons.” Martin Luther King

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma organizacional.....	18
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Total Despendido em Licitações.....	39
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Valores das Licitações	37
Quadro 2 - Quantidade das Licitações	38

LISTA DE ABREVIATURAS

ACIFI - Associação Comercial e Empresarial de Foz do Iguaçu

COJEFI - Conselho do Jovem Empreendedor de Foz do Iguaçu

ENOS - Encontro Nacional dos Observatórios Sociais

ICVB - Iguassu Convention & Visitors Bureau

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

ONG - organização não governamental

OS - observatórios sociais

OSB - Observatório Social do Brasil

OSFI - Observatório Social de Foz do Iguaçu

SESCAP - Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas

RESUMO

O Observatório Social de Foz do Iguaçu é uma entidade do terceiro setor que atua na área de controle social e educação fiscal. Diante da relevância das atividades de controle social quanto aos gastos públicos municipais será apresentada a efetividade econômica na fiscalização das licitações públicas nos últimos três anos (2014-2016). Desta forma será possível mensurar o resultado das atividades da instituição. Os dados foram mapeados através de levantamento documental, analisados e avaliados. Mediante as informações alcançadas ficou notório a profícua atuação da referida organização. Seu trabalho deve ser divulgado amplamente para que as ações realizadas sejam disseminadas.

PALAVRAS-CHAVE: terceiro setor; controle social; fiscalização; licitações.

ABSTRACT

Observatório Social de Foz do Iguaçu is a third sector entity that works in the area of social control and tax education. In view of the relevance of social control activities regarding municipal public expenditures, the economic effectiveness of the public bidding process over the last three years (2014-2016) will be presented. This way, it will be possible to measure the results of the institution's activities. The data were mapped through a documentary survey, analyzed and evaluated. Based on the information obtained, it became notorious the proficient performance of the referred organization. Its work should be widely publicized so that the actions carried out can be disseminated.

KEY-WORDS: third sector; social control; oversight; biddings.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 PROBLEMA	13
1.2 JUSTIFICATIVA	13
1.3 OBJETIVOS	14
1.3.1 Objetivo Geral	14
1.3.2 Objetivos Específicos	14
2 ORGANIZAÇÃO EM ESTUDO	15
2.1 FICHA TÉCNICA.....	15
2.1.1 Observatório Social de Foz do Iguaçu	15
2.2 HISTÓRICO	16
2.3 DIAGNÓSTICO EMPRESARIAL.....	19
2.3.1 Organograma do Grupo.....	19
2.3.2 Descrição dos Cargos.....	19
2.3.2.1 Conselho de Administração.....	19
2.3.2.2 Conselho Fiscal.....	20
2.3.2.3 Conselho Consultivo.....	20
2.3.2.4 Associados (voluntários)	21
2.3.2.5 Coordenadora	21
2.3.2.6 Auxiliar administrativo.....	22
2.4 ÁREA DE RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	22
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	24
3.1 TERCEIRO SETOR	24
3.1.1 Conceito	24
3.1.2 Classificações	25
3.1.3 Importância do Terceiro Setor	27
3.1.4 Controle Social	28
4 METODOLOGIA	30
4.1 TIPO DE ESTUDO	30
4.1.1 Descritivo	30
4.2 TIPO DE PESQUISA.....	30
4.2.1 Qualitativa	30
4.2.2 Quantitativa.....	31

4.2.3 Aplicada	32
4.2.4 Documental	32
4.2.5 Bibliográfica.....	32
4.3 FONTE DE COLETA DE DADOS	33
4.3.1 Fonte Primária	33
4.3.2 Fonte Secundária	33
4.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	34
4.4.1 Levantamento	34
4.5 TRATAMENTO DE DADOS	34
4.5.1 Seleção.....	34
4.5.2 Codificação	35
4.5.3 Tabulação.....	36
4.6 POPULAÇÃO E AMOSTRA	36
4.6.1 População	36
4.6.2 Amostra.....	36
5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	38
6 SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES	41
7 CONCLUSÃO	42
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

1 INTRODUÇÃO

O terceiro setor vem evoluindo consideravelmente nos últimos anos. Inserido dentro dele estão as associações que atuam na área de controle social, que são organizações sem fins lucrativos que visam monitorar as ações dos poderes públicos exercendo seus direitos constitucionais e legais.

O Observatório Social de Foz do Iguaçu (OSFI) atua na área de controle social e educação fiscal. Esta entidade sem fins lucrativos da sociedade civil organizada depende de seus mantenedores, pessoas físicas e jurídicas, para desenvolver suas atividades enquanto instituição. E dos voluntários, tanto aqueles que fazem parte da diretoria e do conselho fiscal, quanto àqueles que doam os seus serviços esporadicamente, assim que surgem demandas nas suas respectivas áreas de atuação/expertise.

O presente trabalho visa mapear a atividade de fiscalização das licitações públicas municipais realizada pelo OSFI nos últimos três anos (2014-2016) com o intuito de demonstrar sua efetividade econômica.

Neste capítulo será introduzido o trabalho de forma genérica. No segundo capítulo será apresentado o OSFI como organização. No terceiro capítulo será exposto o substrato teórico do trabalho. A metodologia empregada na pesquisa será relatada no quarto capítulo. A discussão dos dados levantados na pesquisa será mostrada no quinto capítulo. No sexto capítulo serão expressas as sugestões concernentes aos resultados alcançados do trabalho.

1.1 PROBLEMA

Qual é a efetividade econômica das fiscalizações das licitações públicas municipais pelo OSFI nos últimos três anos (2014-2016)?

1.2 JUSTIFICATIVA

A instituição em estudo tem demonstrado grandes resultados nos seus sete anos de existência, repercutindo em uma substancial contribuição à sociedade iguaçuense. Além dos recursos públicos que seriam mal aplicados e que foram economizados por interferência direta da associação, possui atuações

protagonizadas ou apoiadas para despertar e/ou ensinar os cidadãos de diversas faixas etárias sobre a educação fiscal.

Através do levantamento dos dados das fiscalizações das licitações públicas municipais dos três últimos anos (2014-2016) será possível mensurar tanto a efetividade econômica dessas ações pelo OSFI quanto à economia gerada na aplicação dos recursos públicos.

No panorama político e econômico atual, é necessário o envolvimento do cidadão monitorando a qualidade dos gastos públicos. Esse trabalho traz informações pertinentes a esse controle social e desperta o olhar crítico sobre o assunto.

É também um desafio pessoal ao acadêmico, pois o mesmo se encontra na presidência da entidade na atual gestão (2016-2018). Seu desejo é contribuir de forma significativa ao avanço das atividades-fins.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Determinar a efetividade econômica da fiscalização das licitações públicas municipais pelo OSFI nos últimos três anos (2014-2016).

1.3.2 Objetivos Específicos

Mapear a fiscalização das licitações públicas municipais realizadas pelo OSFI nos últimos três anos (2014-2016), isto é, efetuar o levantamento da amostra pretendida.

Analisar os resultados econômicos da fiscalização das licitações públicas municipais realizadas pelo OSFI nos últimos três anos (2014-2016).

Avaliar os resultados econômicos da fiscalização das licitações públicas municipais realizadas pelo OSFI nos últimos três anos (2014-2016).

2 ORGANIZAÇÃO EM ESTUDO

O Observatório Social de Foz do Iguaçu (OSFI) é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituição do terceiro setor, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu, não governamental e apartidário.

Os observatórios sociais (OS) são organizados em rede, coordenados pelo Observatório Social do Brasil (OSB), que assegura a disseminação da metodologia padronizada para atuação dos observadores, promovendo a capacitação e oferecendo o suporte técnico aos OS, além de estabelecer as parcerias estaduais e nacionais para o melhor desempenho das ações locais. A Rede OSB é formada por voluntários engajados à causa da justiça social e contribui para a melhoria da gestão pública.

A instituição é composta por uma diretoria executiva, denominada conselho administrativo e fiscal, que decide sobre assuntos de matéria estratégica, estatutária e operacional. O acompanhamento das contas públicas é executado por funcionários efetivos, estagiários de diversas áreas e voluntários em geral com ampla capacidade técnica. Esses atuam acompanhando licitações públicas, desde a publicação dos editais até a entrega dos materiais ou serviços nos órgãos públicos, monitorando os atos do legislativo e produzem estudos técnicos para medir a eficiência da gestão do governo municipal.

2.1 FICHA TÉCNICA

2.1.1 Observatório Social de Foz do Iguaçu

Nome fantasia: Observatório Social

Razão social: Observatório Social de Foz do Iguaçu

CNPJ: 11.210.703/0001-60

Inscrição estadual: isento

Data de fundação: 07/10/2009

Regime tributário: isento

Representante: Juliano Bicicgo (Presidente 2016-2018)

Ramo de atividade: atividades de associações de defesa de direitos sociais

Público alvo: sociedade civil

Serviços prestados: controle social e educação fiscal

Endereço: Rua Padre Montoya, 490 - Centro

Home Page: www.fozdoiguacu.osbrasil.org.br

E-mail: coordenacao@osfi.org.br

Telefone/fax: (45) 3521-3306

2.2 HISTÓRICO

O OSFI foi pauta de muitas discussões da Associação Comercial e Empresarial de Foz do Iguaçu (ACIFI). Através das idealizações do Conselho da Mulher Empresária e Executiva, foram criados grupos de trabalho para efetivação do Observatório. Desde o início houve participação do Conselho Regional de Contabilidade (CRC), coordenado pelo delegado local Derseu de Paula e a conselheira Elizangela de Paula Kuhn.

A primeira reunião para discussão da implementação do OSFI aconteceu em 16 de julho de 2009, na sede da Receita Federal de Foz do Iguaçu. Desta primeira reunião participaram representantes de entidades governamentais e da sociedade civil organizada: a Delegacia da Receita Federal, representada por Adriana Caracas e Gerson Minami; o Iguassu Convention & Visitors Bureau (ICVB), representado por Silvana Canal e Cristiane Santos; o SESCAP (Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas), representada por Leonor Venson; o Conselho da Mulher Empresária e Executiva, representado por Emilia Mendes e Beatriz Rodrigues, que também representam, respectivamente, as empresas Hotel Tarobá e Centro Ótico; a ACIFI e CRC, representados por Elizangela de Paula Kuhn.

Assim, através de um dos grupos de trabalho do Conselho da Mulher Empresária e Executiva, foi instalado o OSFI dentro dos moldes do Projeto Empreender. O Conselho da Mulher assumiu a responsabilidade pela implantação do OSFI e solicitou a presença de Roni Enara, diretora executiva do Instituto Cidadania Fiscal de Maringá, para palestra de sensibilização, no dia cinco do mês de agosto de 2009, sendo a segunda reunião do OSFI, na ACIFI. Na ocasião, foi apresentada a metodologia para a implantação e operacionalização do OSFI,

discutidos aspectos físicos, financeiros e de pessoal. Participaram representantes das entidades: Conselho da Mulher Empresária, Delegacia de Receita Federal de Foz do Iguaçu, SESCAP e De Paula Contadores Associados. A partir destes esclarecimentos iniciais, o grupo de trabalho passou a desenvolver o estatuto social, indicando Antonio Derseu Candido de Paula e Leonor Venson de Souza para redigir o documento, com inspiração na documentação sugerida pela entidade de Maringá.

A terceira reunião aconteceu ainda em agosto, no dia vinte e oito, no auditório da ACIFI, para tratar da análise do Estatuto Social do OSFI, que foi apresentado por Derseu de Paula e Leonor Venson da SESCAP. Fizeram-se presentes Elizangela De Paula Khun, Beatriz Rodrigues, Antonio Derseu Candido de Paula do CRC, Joel de Lima da Itaipu Binacional e Rosani Beltrame do Conselho da Mulher Executiva e Empresária.

As entidades que sempre estiveram presentes colaborando para a implantação do OSFI, sob a Coordenação do Conselho da Mulher Empresária e Executiva e da ACIFI: CRC - PR, Itaipu Binacional, Receita Federal, ICVB e SESCAP-PR.

Aos 15 dias de Setembro de 2009, realizou-se na sede da ACIFI, a Assembléia Geral de Constituição do OSFI, onde foram deliberadas a aprovação do Estatuto Social do Observatório Social e a eleição da primeira diretoria. Foram convidados representantes das entidades da sociedade civil organizada, entidades de classe, organizações sociais ou de representação comunitária, empresas privadas, pessoas naturais, instituições públicas e profissionais liberais, através de edital publicado em 03 de setembro nos jornais locais. Após a efetuação de algumas alterações sugeridas, o estatuto foi aprovado por unanimidade. A primeira diretoria também foi aprovada por unanimidade, tomando posse nesta mesma data, com mandato de dois anos.

Após a instalação e definição da sede (sala cedida pela ACIFI), o OSFI passou a tratar dos assuntos financeiros e contábeis, de parcerias, obtenção de recursos e contratação de pessoal. Foi providenciada a filiação do OSFI ao Instituto Cidadania Fiscal.

Nos dias 14 e 15 de dezembro de 2009, membros do OSFI participaram do Encontro da Cidadania Fiscal e Controle Social, em Maringá, que reuniu representantes de todos os Observatórios do Brasil para compartilhar experiências e apresentar ferramentas de gestão.

No dia 01 de fevereiro de 2010 iniciaram-se os trabalhos operacionais.

No dia 23 de outubro de 2011 foi eleita a segunda diretoria do OSFI.

No dia 24 de julho de 2012 firmou-se a parceria entre a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), ACIFI e OSFI que instituiu o Comitê 9840. A iniciativa surgiu em lembrança à Lei de 1999 e tinha o objetivo de combater a corrupção eleitoral. Além de receber denúncias, uma das intenções era fiscalizar o processo da campanha eleitoral e conscientizar o cidadão.

No dia 24 de agosto de 2012, junto ao Conselho do Jovem Empreendedor de Foz do Iguaçu (COJEFI), o OSFI realizou o Feirão do Imposto, que consiste em apresentar o custo tributário no preço de venda de produtos do consumo popular.

No dia 25 de setembro de 2012, o OSFI participa do 2º Encontro Nacional dos Observatórios Sociais (ENOS). O evento foi realizado em Curitiba e reuniu representantes de mais de 10 estados brasileiros.

No dia 14 de março de 2013, o OSFI participa do 3º ENOS, que aconteceu em Brusque, Santa Catarina.

No dia 28 de outubro de 2013, o OSFI inicia projeto “Semeando a Educação Fiscal” na cidade. O objetivo do projeto era mostrar aos estudantes como funcionam os impostos, além de ensiná-los a exercer a cidadania.

No dia 12 de dezembro de 2013, o Rotary Club de Foz do Iguaçu elegeu o OSFI como entidade do ano pelos relevantes serviços prestados à comunidade.

No dia 27 de março de 2014, acontece o 5º ENOS em Balneário Camboriú, Santa Catarina. Participaram 15 estados brasileiros, vindos de 80 cidades diferentes.

No dia 19 de maio de 2014 foi eleita a terceira diretoria do OSFI.

No dia 26 de março de 2015, o OSFI participa do 6º ENOS. Representantes de mais de 100 Observatórios participaram e o encontro aconteceu em Brasília.

Entre os dias 10 e 12 de março de 2016, o OSFI participa do 7º ENOS, promovido pelo OSB em Curitiba - PR, com cerca de 150 voluntários e técnicos de mais de 60 OS em 11 estados brasileiros para tratar principalmente da qualificação da metodologia de trabalho, apresentação dos resultados da atuação dos OS e das boas práticas realizadas.

No dia 23 de maio de 2016 foi eleita a quarta diretoria do OSFI.

Atualmente, o OSFI conta com dois funcionários efetivos para atender às demandas existentes e cerca de vinte mantenedores (pessoas jurídicas) para custear suas atividades.

Fica difícil mensurar no papel todos os importantes serviços desenvolvidos pelo OSFI nesses sete anos de existência, mas sabemos de sua relevância e pertinência no contexto municipal.

2.3 DIAGNÓSTICO EMPRESARIAL

2.3.1 Organograma do Grupo

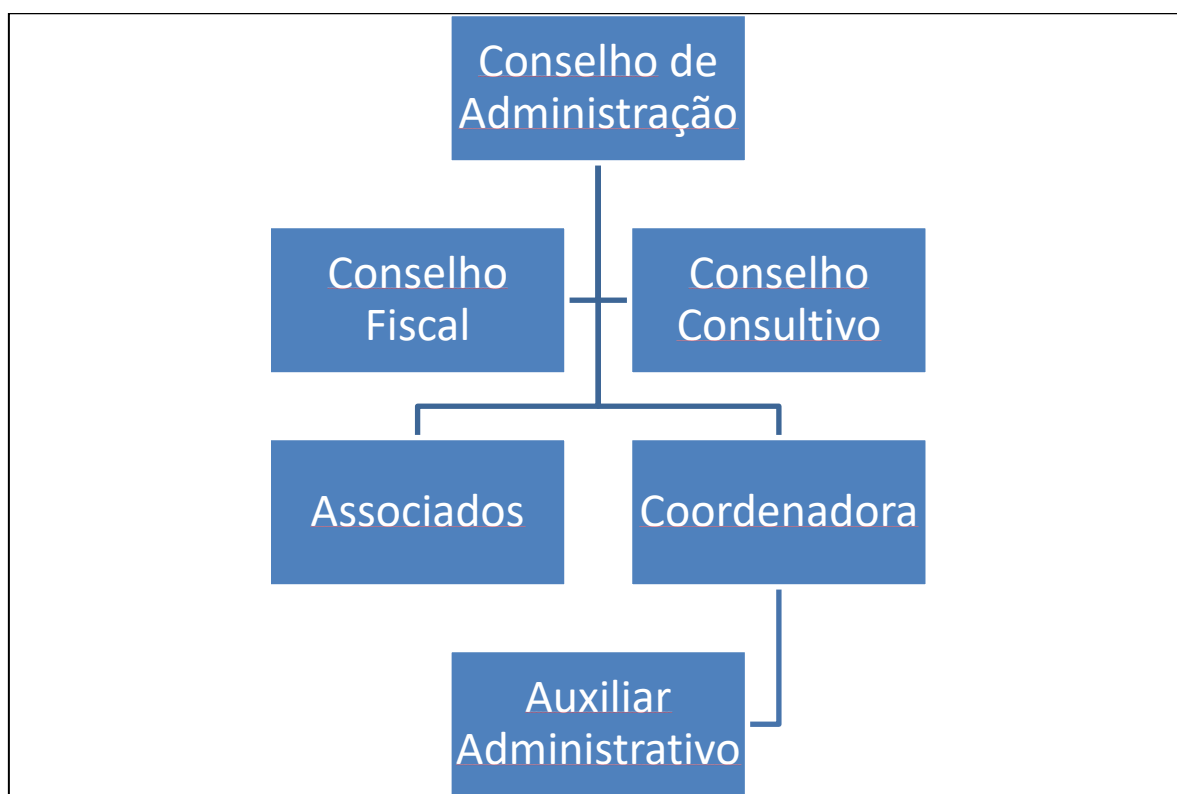


Figura 1 - Organograma organizacional
Fonte: Elaborada pelo autor (2017)

2.3.2 Descrição dos Cargos

2.3.2.1 Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão deliberativo e executivo do OSFI, composto por 5 (cinco) pessoas sendo: (1) um presidente e 4 (quatro) vice-

presidentes. É eleito para mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido, e suas funções são: administrar o OSFI, desenvolvendo projetos/programas oferecidos pela Rede OSB; definir sua forma de organização e funcionamento; elaborar o regimento interno e o relatório anual de suas atividades; propor alterações no estatuto social; criar outros órgãos de apoio e de caráter executivo; contratar e demitir funcionários; propor a criação de outras categorias de associados; decidir sobre admissão e desligamento de associados; propor a concessão de títulos beneméritos a pessoas que tenham prestado relevantes serviços ao OSFI quer seja por atividade voluntária, quer por doações e contribuições; e realizar a prestação de contas e o balanço de cada exercício, bem como a proposta orçamentária para o exercício subsequente, para que sejam submetidos à apreciação do Conselho Fiscal, bem como da Assembleia Geral.

2.3.2.2 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros, sendo 2 (dois) titulares e 1 (um) suplente, com mandato concomitante ao Conselho de Administração, com direito a recondução, cujas funções são: examinar e proferir parecer sobre o balanço patrimonial e demonstrações financeiras; opinar sobre atos de caráter econômico e financeiro, sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade, quando solicitado pelo Conselho de Administração; examinar os livros e escrituração do OSFI; acompanhar os trabalhos de eventuais auditores externos independentes; e convocar extraordinariamente a Assembleia Geral.

2.3.2.3 Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo é o órgão de apoio ao Conselho de Administração. É formado por no mínimo 3 (três) e no máximo por 12 (doze) membros da comunidade convidados pelo Conselho de Administração e aprovados em Assembleia Ordinária. Possui mandato concomitante ao Conselho de Administração, podendo ser reconduzidos. Suas competências são: propor diretrizes para o cumprimento dos objetivos do OSFI; avaliar e referendar o plano de ação anual proposto pelo

Conselho de Administração; avaliar relatórios e prestação de contas do Conselho de Administração; analisar os aspectos operacionais dos programas e projetos do OSFI; contribuir com suas avaliações e sugestões para a melhoria das ações do OSFI; fornecer suporte e apoio aos projetos e programas do OSFI; propor novas ações, programas e projetos ao OSFI; opinar sobre as decisões estratégicas do Conselho de Administração; propor alterações no estatuto social; e fortalecer a imagem e as ações do OSFI.

2.3.2.4 Associados (voluntários)

O OSFI também é composto pelos seus associados, que são também nomeados de voluntários. O direito de participar como associado (voluntário) é concedido a entidades de classe, organizações sociais ou de representação comunitária, empresas privadas, pessoas naturais e instituições públicas, através de cidadãos que as representem e por elas nomeados e que venham a contribuir para a consecução da missão do OSFI. As funções dos associados (voluntários) são: participar das assembleias, acatando suas decisões; manifestar-se sobre os atos, decisões e atividades; votar e ser votado (algumas categorias), submetendo-se ao processo eletivo; atender aos objetivos do OSFI; zelar pelo nome do OSFI; participar das atividades; contribuir na apresentação das propostas, projetos e programas.

2.3.2.5 Coordenadora

Compete à coordenadora: administrar o OSFI sob comando do Conselho de Administração; organizar e executar os planos de trabalho; acompanhar as ações das unidades de trabalho; manter em dia as contas e a documentação necessária; emitir relatórios periódicos; buscar formas de atualização técnica e otimização do trabalho; coordenar voluntários e auxiliares; marcar reuniões com a anuência do presidente; executar serviços administrativos; e representar o OSFI em reuniões de demandas das atividades-fins.

2.3.2.6 Auxiliar administrativo

O auxiliar administrativo estará subordinado à coordenadora. Dentre suas funções podemos destacar: conferir a presença do aviso de licitação no diário oficial diariamente; solicitar os editais de licitação aos órgãos competentes; protocolar ofícios; manter atualizadas as estatísticas da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu (CMFI) semanalmente; monitorar as licitações públicas; substituir o coordenador quando da ausência do mesmo; e demais atividades administrativas diárias necessárias ao bom funcionamento do escritório.

2.4 ÁREA DE RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Na operação da instituição, os funcionários zelam pelo bom andamento das atividades cotidianas. Atualmente, são duas pessoas contratadas que desempenham esse papel: uma coordenadora e um auxiliar administrativo.

Dentre as principais funções do OSFI está a fiscalização das licitações públicas municipais. Os produtos e serviços adquiridos pelo município são os mais variados possíveis, demandando uma análise do processo licitatório para avaliar se está em conformidade com todas as prerrogativas da legislação vigente.

Esse trabalho é feito paulatinamente mapeando o Diário Oficial de Foz do Iguaçu, onde são localizados os avisos de abertura dos processos licitatórios, obrigatoriamente, por força de lei. Normalmente no diário consta apenas um enunciado do processo. Então, solicita-se através de ofício ao órgão público uma cópia de todo o processo.

De posse do processo na íntegra, empreende-se a análise das informações do edital, verificando se está tudo de conformidade com as leis.

Quando é encontrada alguma irregularidade, o gestor público responsável pelo processo é oficiado com as informações pertinentes. Aguarda-se então o prazo legal para a resposta do ente público. O gestor pode então corrigir, cancelar ou argumentar a favor do processo como se encontra. Se os argumentos forem entendidos como pertinentes encerra-se o processo. Do contrário serão acionados os órgãos de fiscalização como: vereadores, controladoria, Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas Estadual.

O OSFI considera como economia todo e qualquer processo que, por sua intervenção direta, tenha sido corrigido ou cancelado.

A grande diferença do trabalho realizado pelo OSFI é que ele fiscaliza esse processo *a priori*, enquanto outros entes fiscalizadores atuam *a posteriori*.

A proposta deste trabalho é descrever os resultados obtidos pelo OSFI através desse procedimento de fiscalização das licitações públicas municipais dos três últimos anos (2014-2016), demonstrando a relevância econômica de tais atividades para a sociedade iguaçuense.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 TERCEIRO SETOR

3.1.1 Conceito

O primeiro setor é atribuído ao poder público, onde se visa somente o bem comum, a sociedade em geral; esse setor é representado pelo Estado.

O segundo setor é atribuído à iniciativa privada, onde essencialmente se objetiva a aquisição de bens, o lucro.

O Terceiro Setor é aquele que não é público e nem privado, no sentido convencional desses termos; porém, guarda uma relação simbiótica com ambos, na medida em que ele deriva sua própria identidade da conjugação entre a metodologia deste com as finalidades daquele. Ou seja, o Terceiro Setor é composto por organizações de natureza “privada” (sem o objetivo do lucro) dedicadas à consecução de objetivos sociais ou públicos, embora não seja integrante do Governo (administração estatal) (FRANÇA, 2015, p.25).

Portanto, é possível dizer que o terceiro setor é uma mescla do primeiro com o segundo. Deve ser gerido como qualquer organização que vise sua sustentabilidade, porém, sua finalidade não é privada, mas sim pública, isto é, o bem estar social.

Segundo Rafael (1997, p.33):

inserem-se, neste setor, quaisquer iniciativas privadas na criação de entidades jurídicas não-governamentais e perseguir o bem comum da coletividade, com marcante interesse público, sem qualquer finalidade lucrativa.

Ainda conceituando o terceiro setor, ele é visto:

[...] como o conjunto de organismos, organizações ou instituições sem fins lucrativos dotados de autonomia e administração própria que apresentam como função e objetivo principal atuar voluntariamente na sociedade civil visando ao seu aperfeiçoamento (PAES, 2013 apud FRANÇA, 2015, p.25)

A chave para entender e conceituar o terceiro setor está, mormente, na expressão “sem fins lucrativos”. Essa ideia está explícita nos conceitos utilizados, pois é o cerne do terceiro setor.

O OSFI se enquadra no terceiro setor, pois, em seu estatuto social, que é o documento que oficializa sua existência, bem como norteia as diretrizes da organização, não possui fins lucrativos. Seus objetivos visam o bem-estar social em detrimento de interesses individuais. Portanto, embora seja uma pessoa jurídica que possua a premissa de sustentabilidade, suas atividades-fins contemplam a sociedade em geral.

3.1.2 Classificações

O terceiro setor forma um grupo muito amplo de organizações com objetivos específicos e *modus operandi* diversos, interconectadas apenas pelo enunciado anteriormente dentro do conceito de terceiro setor. O OSFI se identifica com algumas das classificações que é possível distinguir dentro do terceiro setor.

Conforme Buchsbaum; Buchsbaum (2012, p.15):

Uma organização é um conjunto de pessoas que se reúne com a finalidade específica, podendo ou não ter fins lucrativos. Uma organização sem fins lucrativos geralmente presta algum serviço para a comunidade, sendo sustentada por pessoas e/ou outras organizações. Esse apoio pode ser explícito ou intermediado por doações.

Um dos tipos de organização é aquela que não está vinculada a nenhum governo. Nesse caso, temos a chamada ONG - Organização Não Governamental.

A finalidade do OSFI é prestar serviços à comunidade e a sua manutenção financeira é promovida por pessoas físicas e jurídicas. Esses aportes são realizados espontaneamente por aqueles que são sensibilizados à relevância da causa, do foco de atuação da instituição.

Chiavenato (2007, p.34) ressalta que:

Existem organizações que não incluem obrigatoriamente o lucro como objetivo. São organizações voltadas para o bem-social, para a comunidade, para interesses profissionais, para filantropia, esportes, cultura, entre outros. As empresas públicas, repartições públicas, clubes esportivos, associações filantrópicas, organizações não-

governamentais (ONGs) são exemplos de organizações voltadas para o social.

O OSFI se enquadra como uma ONG (organização não governamental), pois desde a sua origem à sua operacionalização não possui interferência ou participação do ente público. Vale lembrar que não é permitida a participação de pessoas que possuam vinculação político-partidária e nem que estejam ocupando cargos públicos, para garantir total isonomia no processo de fiscalização.

Chiavenato (2007, p.391) lembra que “mesmo as empresas sem fins lucrativos - como as ONGs que procuram gerar valor social e não econômico - utilizam a administração como qualquer empresa lucrativa”.

Como toda e qualquer organização, àquelas que não possuem finalidade econômica também têm seus deveres e direitos; possuem um clima organizacional peculiar, valores próprios, em suma, uma personalidade única. Portanto, é necessário compreender essas distinções ao analisar-se cada uma delas.

Outro aspecto importante a destacar, são as características básicas apresentadas pelo terceiro setor, como:

- a) promoção de ações voltadas para o bem-estar comum da coletividade;
- b) manutenção de finalidades não lucrativas;
- c) adoção de personalidade jurídica adequada aos fins sociais (associação, fundação ou organização religiosa);
- d) atividades financiadas por capital próprio, investimento público do Primeiro Setor (governamental) e investimento privado do setor empresarial ou de particulares;
- e) aplicação do resultado das atividades econômicas que porventura exerça nos fins sociais a que se destina ou para incremento do seu patrimônio;
- f) desde que cumpra requisitos específicos, definidos por lei, é fomentado por renúncia fiscal do Estado (FRANÇA, 2015, p.36).

A personalidade jurídica do OSFI é uma associação, por sua característica básica de reunião de pessoas para um objetivo comum. Camargo et al. (2001, p.35) assevera que:

Associação é a congregação de certo número de pessoas que expõe em comum conhecimentos e serviços voltados a um mesmo ideal e movidos por um mesmo objetivo, seja a associação econômica ou não, com capital ou sem, mas jamais com intuito lucrativo.

Os objetivos primordiais do OSFI são controle social e educação fiscal e, sob essas diretrizes, os associados se reúnem e zelam pelo bom-andamento da entidade.

Na sua constituição o OSFI contou com várias entidades representativas da sociedade civil organizada e em seu estatuto social prevê essa composição na gestão da entidade através de representantes que podem possuir funções no Conselho de Administração, no Conselho Fiscal, no Conselho Consultivo ou como associados em geral.

3.1.3 Importância do Terceiro Setor

Quanto à atenção dada ao terceiro setor, França (2015, p.26) comenta que:

[...] só recentemente começou-se a reconhecer a importância desse setor no âmbito da sociedade e da economia contemporâneas, pela sua capacidade de mobilização de recursos humanos e materiais para o atendimento de importantes demandas sociais que, frequentemente, o estado não tem condições de atender; pela sua capacidade de geração de empregos (principalmente nas sociedades mais desenvolvidas, cujos investimentos sociais são bem maiores); e pelo aspecto qualitativo, caracterizado pelo idealismo de suas atividades - enquanto participação democrática, exercício de cidadania e responsabilidade social.

A relevância do terceiro setor na sociedade atual fica clara, pois para Peter Drucker “foi o setor que mais cresceu, movimentou recursos, gerou empregos e foi o mais lucrativo na economia norte-americana nos últimos vinte anos” (GOHN, 2000 apud NETO; FROES, 2001, p.23). Com um parâmetro como esse fica fácil compreender a abrangência e representatividade desse setor.

O OSFI tem recebido crescente destaque na sociedade iguaçuense, mormente no campo político. Devido às inúmeras denúncias de corrupção e irregularidades contra o poder público, em especial executivo e legislativo na última gestão (2013-2016), que ganharam vulto através da denominada “Operação Pecúlio”, que teve várias fases culminando em prisões e processos judiciais amplamente divulgados em âmbito municipal, estadual e até mesmo nacional.

Várias dessas denúncias estavam ligadas as compras públicas, aquisição de materiais e/ou serviços que deveriam atender a população. Esse cenário fomenta a

atuação do OSFI que atua no controle social. Um panorama como esse fortalece a necessidade da existência de entidades como o OSFI.

3.1.4 Controle Social

O controle social é um direito garantido ao cidadão pela nossa carta magna e ramificado em inúmeras leis, como por exemplo, a lei de acesso à informação, onde o indivíduo pode participar ativamente do processo de controle e fiscalização dos recursos públicos empregados na sociedade.

De acordo com o governo brasileiro, o controle social é a participação da sociedade civil nos processos de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da gestão pública e na execução das políticas e programas públicos. O próprio Portal da Transparência seria um meio de controle social (Wikipédia).

No entanto, essa diferença do terceiro setor para os demais, deve ser observada quanto aos aspectos de gestão. Andrade (2002, p.40) salienta que:

Ao estudar os processos de gestão das organizações do terceiro setor é relevante observar que as teorias administrativas, até hoje desenvolvidas, focaram prioritariamente as entidades com fins lucrativos ou de gestão estatal. Ao tentar transladar para o terceiro setor os conceitos desenvolvidos por essas teorias administrativas deve-se tomar o cuidado para também não trazer uma lógica de mercado [...], que difere da lógica das ações sociais. Para a formação de novas parcerias, são necessárias novas perspectivas na forma de analisar e compreender o trabalho das pessoas que congregam as organizações do terceiro setor.

O desafio do OSFI é obter uma gestão profissional que cuide de seus interesses enquanto organização sem perder o foco social e não econômico.

Conforme França (2015, p.26-27):

O Terceiro Setor tem caráter estratégico da maior importância no âmbito de qualquer sociedade que se preocupe com o desenvolvimento social e a consolidação de valores democráticos, pluralistas, comprometidos com a solidariedade humana e o sentido de comunidade. No Brasil, apesar da forte presença do estado, a ineficiência deste abre espaços para muitas outras iniciativas.

Existem tantos mecanismos públicos autônomos de controle e fiscalização da máquina pública e mesmo assim existe tanta corrupção que é necessário equipar e profissionalizar a sociedade civil organizada para intervir e monitorar as coisas públicas.

Quando se obtém sucesso na denúncia e condenação dos desvios de verbas públicas ou quaisquer tipos de corrupção que trazem dano ao erário, dificilmente é repostado o valor desviado aos cofres públicos. Destarte, se torna tão primordial a atividade exercida pelo OSFI, que impede que os recursos sejam mal-empregados, ou seja, atuando antes das verbas serem despendidas visando sua qualidade.

4 METODOLOGIA

4.1 TIPO DE ESTUDO

4.1.1 Descritivo

O tipo de estudo escolhido para atender os objetivos propostos no trabalho é o descritivo. Gil nos explica sobre as pesquisas descritivas que:

As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados (GIL, 1999, p.44).

Como a intenção do presente trabalho é verificar os resultados obtidos pelo OSFI na fiscalização das licitações municipais nos últimos três anos, foi necessário buscar os dados efetivos dessa fiscalização e descrevê-los para informar o leitor.

Através deste método foi plausível expor esse fenômeno, buscando informações fidedignas para ser possível mensurar a eficiência da entidade nesse quesito.

4.2 TIPO DE PESQUISA

4.2.1 Qualitativa

A abordagem qualitativa, conforme Fachin (2001, p.82) “é caracterizada pelos seus atributos e relaciona aspectos não somente mensuráveis, mas também definidos descritivamente”. O ambiente que está sendo analisado é a fonte para coletar os dados.

Através da pesquisa qualitativa é possível mensurar alguns aspectos negligenciados em outros tipos de pesquisa. Portanto, para alcançar os objetivos propostos neste trabalho, faz-se necessário analisar os dados encontrados para compreender o resultado e seu real impacto na sociedade iguaçuense.

O enfoque na interpretação do objeto, a proximidade do pesquisador em relação à matéria da pesquisa (uma vez que o pesquisador é o atual presidente da entidade) e a importância do contexto do objeto pesquisado são características presentes no tipo qualitativo.

Destarte, após o mapeamento dos dados pertinentes à pesquisa, foi realizada a avaliação dos resultados encontrados, procurando considerar os aspectos relevantes na projeção dos resultados.

O contexto econômico do município, uma vez que os orçamentos anuais variam em valor de ano para ano, é um exemplo de uma característica que deve ser levada em conta para realizar a interpretação dos dados das licitações fiscalizadas pelo OSFI.

4.2.2 Quantitativa

Em paralelo ao tipo qualitativo foi feito o uso do tipo quantitativo. A variável quantitativa conforme Fachin:

É determinada em relação aos dados ou proporção numérica. [...] A quantificação científica envolve um sistema lógico que sustenta a atribuição de números e que os resultados sejam eficazes. A literatura mostra que, em termos gerais, a quantificação científica é uma forma de atribuir números a propriedades, objetos, acontecimentos, materiais, de modo que proporcione informações úteis. [...] Assim, a precisão é de suma importância da quantificação, pois revela a sua eficácia (FACHIN, 2001, p.79).

Uma vez que o objetivo do presente trabalho é mapear e interpretar a fiscalização das licitações públicas municipais pelo OSFI, foi necessário trabalhar com números exatos como, por exemplo, o valor global das licitações fiscalizadas pelo OSFI, o valor da economia gerada pela atuação direta da entidade nessas fiscalizações e o percentual das licitações fiscalizadas em relação ao total. Para tal tarefa foi de suma importância a quantificação dos dados para a demonstração do alcance dos resultados propostos.

4.2.3 Aplicada

A natureza da pesquisa foi aplicada, pois “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.35).

A presente pesquisa está voltada ao âmbito da atuação do OSFI através da fiscalização das licitações públicas municipais, portanto, envolve a realidade da organização e seu relevante papel na sociedade iguaçuense, promovendo a melhoria na qualidade do emprego dos recursos públicos municipais.

Através das informações levantadas neste trabalho será possível contribuir na divulgação dos resultados alcançados pelo OSFI e informar a sociedade quanto à importância de suas atividades fiscalizatórias.

4.2.4 Documental

Quanto à modalidade de pesquisa escolhida foi a documental.

A pesquisa documental tem como principal característica o fato de que a *fonte dos dados*, o campo onde se procederá a coleta dos dados, é um *documento* (histórico, institucional, associativo, oficial etc.). Isso significa dizer que a busca de informações (dados) sobre os fenômenos investigados é realizada nos documentos, que exigem, para a produção de conhecimentos, uma análise (TOZONI-REIS, 2009, p.41).

A importância da realização da pesquisa documental para a execução dos objetivos deste trabalho foi essencial. Foi executado um mapeamento junto aos arquivos do OSFI para obter os dados relevantes.

4.2.5 Bibliográfica

O presente trabalho teve como procedimento adotado a modalidade bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica tem como principal característica o fato de que o campo onde será feita a coleta de dados é a própria *bibliografia* sobre o tema ou o objeto que se pretende investigar. [...] Na pesquisa bibliográfica, vamos buscar, nos autores e obras

selecionados, os dados para a produção do conhecimento pretendido. Não vamos ouvir entrevistados, nem observar situações vividas, mas conversar e debater com os autores através de seus escritos (TOZONI-REIS, 2009, p.36).

Para compreender melhor a matéria proposta foram pesquisados autores que versam sobre os temas em questão buscando delimitar e identificar os fatores que envolvem o Terceiro Setor e o OSFI.

4.3 FONTE DE COLETA DE DADOS

4.3.1 Fonte Primária

No caso da pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise (SEVERINO, 2007, p.122-123).

Foi necessária uma pesquisa junto ao acervo do OSFI para levantar os dados relativos aos três últimos anos (2014-2016) de fiscalização das licitações públicas municipais. Foram analisados documentos, estatísticas e relatórios quadrimestrais de prestação de contas para descobrir os dados pertinentes. Nesse sentido, foi obtido acesso as documentações da entidade que detinham as informações pertinentes à proposta do trabalho.

4.3.2 Fonte Secundária

“Todo tipo de estudo deve ter o apoio e o respaldo da pesquisa bibliográfica, mesmo que se baseie em pesquisa de campo ou de laboratório, ou ainda outra” (FACHIN, 2001, p.126).

Fontes secundárias são “toda a bibliografia utilizada, inclusive remetendo o consulente às fontes primárias” (FACHIN, 2001, p.154). “São diversos os tipos de fontes secundárias: literatura de referência, revistas, resumos, catálogos, índices bibliográficos e bibliografias, entre outros” (FACHIN, 2001, p.125).

A proposta deste trabalho foi buscar substrato bibliográfico para compreender sobre o Terceiro Setor. Informações como origem, conceito e amplitude do Terceiro Setor são fundamentais para delinear o trabalho e conhecer o ambiente no qual o OSFI encontra-se inserido.

4.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

4.4.1 Levantamento

O método escolhido como instrumento de coleta de dados é o levantamento, pois:

[...] não são apenas as pessoas vivas que constituem fontes de dados. Muitos dados importantes na pesquisa social provêm de fontes de “papel”: arquivos históricos, registros estatísticos, diários, biografias, jornais, revistas etc.

As fontes de “papel” muitas vezes são capazes de proporcionar ao pesquisador dados suficientemente ricos para evitar a perda de tempo com levantamentos de campo, sem contar que em muitos casos só se torna possível a investigação social a partir de documentos (GIL, 1999, p.160).

Uma vez que o foco deste trabalho é no OSFI e o seu público-alvo contempla a sociedade em geral no município de Foz do Iguaçu, esta entidade não beneficia através de suas ações uma pessoa ou pessoas em particular. Destarte, torna-se impossível auferir a eficiência da entidade sob o prisma do cliente final dos resultados alcançados. Então, partiu-se do pressuposto que através do levantamento realizado seria possível mensurar a produção da organização nos três últimos anos (2014-2016) da fiscalização das licitações públicas municipais.

4.5 TRATAMENTO DE DADOS

4.5.1 Seleção

Dentre os meios metodológicos utilizados para o tratamento de dados, o primeiro foi a seleção. Nesse momento é quando:

[...] de posse dos dados coletados, é necessário fazer uma análise crítica, para identificar questões falsas, confusas ou distorcidas. É interessante verificar se os dados coletados estão completos ou se é preciso retornar ao campo para nova coleta. Nessa fase, a redução dos dados consiste em processo de seleção, simplificação, abstração e transformação dos dados originais provenientes das observações de campo. Para que essa tarefa seja desenvolvida a contento, é necessário ter objetivos claros, até mesmo porque estes podem ter sido alterados ao longo do estudo de campo (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.113).

Neste estudo houve a necessidade de averiguação dos dados coletados para a ratificação das informações encontradas como, por exemplo, o valor despendido do orçamento municipal para licitações. Mesmo sendo disponibilizados os dados pelo OSFI foi empreendida verificação junto à Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (PMFI) referente aos valores encontrados para gerar fidedignidade nas informações finais.

4.5.2 Codificação

O segundo meio metodológico utilizado para o tratamento de dados foi a codificação. Esse meio visa classificar os dados encontrados de forma a atribuí-los um significado.

A codificação possibilita a transformação do que é qualitativo em quantitativo. A categorização consiste na organização dos dados para que o pesquisador consiga tomar decisões e tirar conclusões a partir deles. Isso requer a construção de um conjunto de categorias descritivas, que podem ser fundamentadas no referencial teórico da pesquisa. Nem sempre, porém, essas categorias podem ser definidas de imediato. Para chegarmos a elas, é preciso ler e reler o material obtido até que tenhamos o domínio de seu conteúdo, a fim de, em seguida, contrastá-lo com o referencial teórico (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.113-114).

Neste trabalho, após a análise das fiscalizações das licitações públicas municipais realizadas pelo OSFI nos três últimos anos (2014-2016) foi estabelecido um parâmetro do percentual atingido em relação a todas as licitações realizadas pela PMFI e as que foram efetivamente fiscalizadas pelo OSFI através da codificação.

4.5.3 Tabulação

A terceira e última etapa metodológica no tratamento dos dados foi a tabulação. Esta etapa é onde:

[...] os dados coletados são dispostos em tabelas e gráficos, organizados de acordo com a estruturação anterior, servindo para facilitar sua compreensão e interpretação. Os dados são classificados pela divisão em subgrupos e reunidos de modo que as hipóteses possam ser comprovadas ou refutadas. Os resultados obtidos são analisados, criticados e interpretados (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.114).

Nessa parte da pesquisa foi possível, através da elaboração de tabelas e gráficos, a visualização do esforço empregado em mapear a realidade da produção do OSFI quanto à fiscalização das licitações públicas municipais nos três últimos anos (2014-2016), levantando-se as informações pertinentes aos objetivos propostos.

4.6 POPULAÇÃO E AMOSTRA

4.6.1 População

“População (ou universo da pesquisa) é a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.98).

No presente trabalho a população representa todas as atividades realizadas pelo OSFI desde a sua fundação (07/10/2009).

4.6.2 Amostra

É importante ressaltar que:

[...] as pesquisas sociais abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade. Por essa razão, nas pesquisas sociais é muito frequente trabalhar com uma amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que

compõem o universo. É o que ocorre, sobretudo, nas pesquisas designadas como levantamento ou experimentos. Quando um pesquisador seleciona uma pequena parte de uma população, espera que ela seja representativa dessa população que pretende estudar (GIL, 1999, p.160).

Portanto, amostra “é parte da população ou do universo, selecionada de acordo com uma regra ou um plano” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.98).

A amostra, neste trabalho, corresponde à fiscalização das licitações públicas municipais realizadas nos últimos três anos (2014-2016). Esse é o recorte que foi utilizado para levantar os dados desejados.

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão indicados os resultados da nossa pesquisa quanto à fiscalização realizada pelo OSFI nas licitações públicas municipais nos três últimos anos (2014-2016).

Quanto à metodologia utilizada é pertinente ressaltar que a modalidade foi documental e bibliográfica; a coleta de dados foi realizada através do procedimento metodológico de levantamento; e na coleta de dados foram utilizadas tanto fontes primárias como secundárias.

No Quadro 1 - Valores das Licitações é possível visualizar os valores totais despendidos em licitações públicas no município de Foz do Iguaçu nos três últimos anos (2014-2016), a intervenção causada pelo OSFI e a economia realizada através dessas intervenções.

Quadro 1 - Valores das Licitações

ANO	2014	2015	2016
TOTAL LICITADO	281.000.000,00	250.000.000,00	237.000.000,00
INTERVENÇÃO	80.008.289,75	47.000.000,00	17.000.000,00
ECONOMIA	36.962.042,20	486.000,00	692.000,00

Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

As intervenções realizadas pelo OSFI são feitas através de ofícios solicitando esclarecimentos, correções, suspensões e cancelamentos (dependendo de cada caso) ao gestor público responsável, assim que levantado qualquer indício de irregularidade no processo licitatório; esse monitoramento é feito de acordo com a legislação vigente relativa às compras públicas.

Quanto ao valor de economia é a soma das intervenções bem-sucedidas pelo OSFI, ou seja, quando o gestor público corrige, suspende ou cancela o processo devido à intervenção direta do OSFI.

Os resultados da economia gerada pelas ações do OSFI apontam para a relevância dos seus serviços prestados a sociedade iguaçuense. O destaque está em 2014 quando quase 37 milhões de reais deixaram de ser mal-aplicados devido à intervenção efetiva do OSFI. Nos três últimos anos foram mais de 38 milhões de reais alcançados por essa economia.

No Quadro 2 - Quantidades das Licitações estão disponíveis os dados sobre a quantidade total de processos licitatórios municipais, os que foram analisados pelo OSFI, os que foram intervindo através dos ofícios e os que foram cancelados ou corrigidos e que repercutiram na economia comentada anteriormente.

Quadro 2 - Quantidades das Licitações

ANO	2014	2015	2016
TOTAL	608	600	561
ANALISADOS	274	200	238
INTERVINDO	24	11	11
CANCELADO/CORRIGIDO	6	4	3

Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

O item “total” dos processos enumerados acima compreende, juntamente com os demais tipos de processo, as dispensas e as inexigibilidades, que são procedimentos permitidos pela legislação. Esses tipos de processos não são fiscalizados pelo OSFI por conta de suas peculiaridades.

A diferença entre a dispensa e a inexigibilidade, grosso modo, é que naquela há a possibilidade de competição que justifique a licitação, de modo que a lei faculta a dispensa, que fica inserida na competência discricionária da Administração, enquanto nessa não há possibilidade de competição, pois só existe um objeto ou uma pessoa que atenda às necessidades da Administração (PIETRO, 2002, p.433).

Um exemplo de dispensa é uma situação emergencial, como num caso de calamidade pública e um exemplo de inexigibilidade é a contratação de um artista reconhecido pela opinião pública.

Com apenas dois funcionários atualmente e nos períodos anteriores relativo à pesquisa com um funcionário e, às vezes, mais um ou dois estagiários foi possível realizar tamanha fiscalização nos processos licitatórios. A atividade de fiscalização das licitações não é a única atividade exercida pelo OSFI e cada processo licitatório pode chegar a dezenas de páginas, pois alguns possuem muitas especificidades e/ou diversidade de itens.

No Gráfico 1 - Total Despendido em Licitações fica expresso o valor global que foi destinado às compras públicas realizadas pelo município de Foz do Iguaçu nos três últimos anos (2014-2016). Esses valores compreendem as compras da Prefeitura (autarquias e departamentos) e da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.

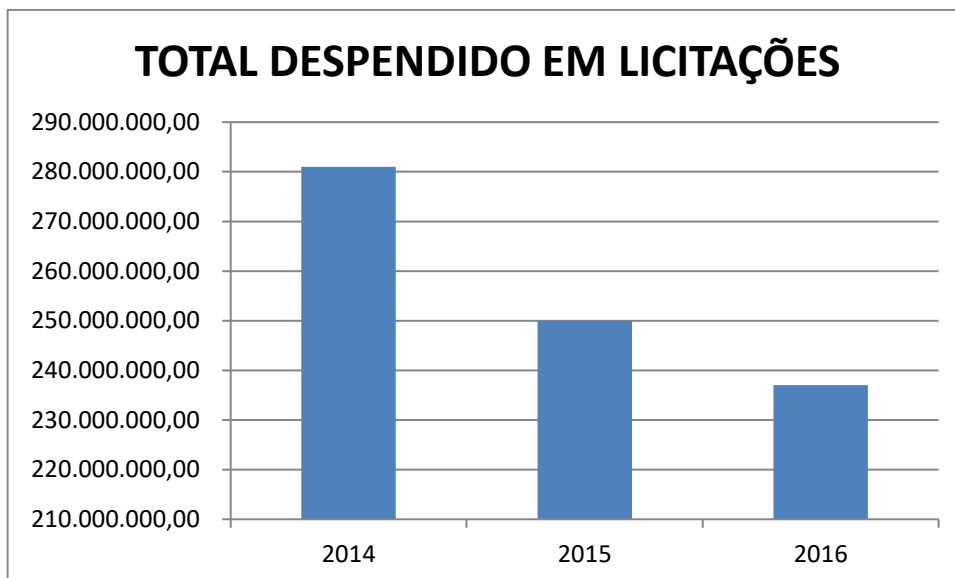


Gráfico 1 - Total Despendido em Licitações
Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

Através dos dados acima fica patente o decréscimo nos valores que foram direcionados às compras públicas nos três últimos anos (2014-2016). As economias, local e nacional, estavam em recesso e, portanto, houve uma redução nos valores e quantidades de itens adquiridos neste período.

Esses resultados evidenciam a necessidade da existência do OSFI e a pertinência dos serviços prestados.

Através da economia gerada por essas interferências ficou garantido o direito ao controle social, a boa qualidade no emprego dos gastos públicos, o cumprimento dos aspectos legais concernentes às compras públicas e a mitigação de possíveis favorecimentos a alguma empresa específica ou qualquer conluio semelhante.

Os resultados apontam para a eficiência econômica do OSFI enquanto ferramenta de controle social e justificam sua existência enquanto organização.

6 SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES

Na realização deste trabalho foram encontradas algumas dificuldades quanto aos dados disponibilizados no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. As informações são técnicas e a navegação no portal não é indutiva. Uma linguagem simples e objetiva somada a uma navegação indutiva proporcionaria informações mais fáceis e úteis ao cidadão. Os processos licitatórios divulgados na íntegra, desde a abertura até o contrato e/ou aditivos, facilitaria o trabalho desenvolvido pelo OSFI.

Ao OSFI recomendamos uma atualização na sua *home page* para agregar mais informações e um conceito visual mais apropriado à instituição. A melhoria dessa porta de entrada pode reverberar em resultados positivos para a entidade, como uma melhor visualização pela sociedade e aumento na quantidade de mantenedores.

Os resultados levantados nesses três últimos anos (2014-2016) através das ações realizadas pelo OSFI na fiscalização das licitações públicas municipais deveriam ser repercutidos em toda a sociedade iguaçuense. É de suma importância os cidadãos iguaçuenses conhecerem e fomentarem as atividades do OSFI, bem como a adesão no controle social dos gastos públicos municipais. É necessário um acompanhamento mais criterioso e próximo ao Poder Público por parte da sociedade civil. Ocupar espaços em mídias sociais, reuniões de entidades representativas da sociedade civil organizada e até mesmo buscar parcerias para comunicação, marketing e propaganda podem ser meios de gerar uma maior visibilidade.

7 CONCLUSÃO

O presente trabalho foi relevante para mensurar a efetividade econômica da fiscalização das licitações públicas municipais nos três últimos anos (2014-2016) realizada pelo OSFI. Os resultados apresentados, mormente as economias geradas por ações do OSFI, demonstram sua importância no contexto municipal.

Os mais de 38 milhões de reais (Quadro 1 - Valores das Licitações, soma do item economia dos três anos pesquisados) que seriam mal-aplicados e que foram corrigidos por essa atuação são a evidência de sua efetividade econômica. Destarte, foi possível responder ao problema do trabalho.

Os objetivos foram cumpridos através dos resultados apresentados dos serviços prestados pelo OSFI na fiscalização das licitações públicas municipais.

Com um baixo custo mensal aportado por mantenedores, o OSFI realiza suas atividades em benefício da sociedade iguaçuense, monitorando a coisa pública, difundindo a educação fiscal e construindo através das suas participações uma política pública melhor e mais participativa.

Portanto, a existência do OSFI é justificada pela relevância dos resultados demonstrados. Sem a participação pontual da entidade os recursos fiscalizados seriam mal aplicados, trazendo ônus para a comunidade; além de assegurar a legalidade e a lisura nos processos.

O cidadão iguaçuense precisa despertar para a pertinência do exercício do controle social, pois quando a sociedade se distancia do ente público abre margem para que possam acontecer desvios de conduta e má-gestão.

Os recursos públicos advêm dos tributos arrecadados dos cidadãos, portanto esse dinheiro aplicado se origina dos nossos esforços, daí a necessidade de cuidarmos do que é nosso.

O cidadão pode contribuir para a maximização do controle social se engajando em atividades que contribuam para o fortalecimento da causa, como os conselhos municipais, audiências públicas, sessões da Câmara Municipal, acompanhando as atividades dos vereadores e apoiando instituições como o OSFI.

Através da divulgação das atividades do OSFI, seus resultados alcançados, apoiando financeiramente ou doando tempo como voluntário será possível melhorar a abrangência de sua atuação, fortalecendo a instituição e ocupando o espaço que é garantido ao povo, pois todo o poder emana do povo.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Miriam Gomes Vieira de. **Organizações do terceiro setor: estratégias para captação de recursos junto às empresas privadas**. 2002. 146 fls. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2002.

BUCHSBAUM, Paulo; BUCHSBAUM, Marcio. **Negócios S/A: administração na prática**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

CAMARGO, Mariângela Franco et al. **Gestão do terceiro setor no Brasil**. São Paulo: Futura, 2001.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: teoria, processo e prática**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

FRANÇA, José Antonio de (Coord.). **Manual de procedimentos para o terceiro setor: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social**. Brasília: CFC : FBC : Profis, 2015.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

NETO, Francisco Paulo de Melo; FROES, César. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 2001.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Direito administrativo**. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-%20book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2017.

RAFAEL, Edson José. **Fundações e direito**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1997.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da pesquisa**. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

WIKIPÉDIA. **Controle social**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Controlo_social>. Acesso em: 29 de maio de 2017.